

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR (CNPJ 23.453.830/0017-37) (EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais))									
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ATIVO CIRCULANTE	Notas	2024	2023		Patrimônio Social	Super. / (Déficit) Acumulado	Total		
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.570.822	10.556.041		Saldos em 31/12/2022	18.046.983	(5.304.910)	12.742.073	
Contas a receber	5	5.888.076	-		Incorp. ao Patrim. Social	(5.304.910)	5.304.910	-	
Estoques	6	1.757.888	1.856.929		Transferências	(1.850.000)	-	(1.850.000)	
Outros créditos		340.452	292.307		Superávlt/(Déficit) do Exerc.	-	(2.325.054)	(2.325.054)	
Despesas antecipadas		21.354	21.416		Saldos em 31/12/2023	10.892.073	(2.325.054)	8.567.019	
Depósitos judiciais	13	101.349	64.478		Incorp. ao Patrim. Social	(2.325.054)	2.325.054	-	
Contratos de gestão	3m	50.048.649	16.371.562		Superávlt/(Déficit) do Exerc.	-	5.864.719	5.864.719	
Total do Ativo Circulante		68.728.590	29.162.733		Saldos em 31/12/2024	8.567.019	5.864.719	14.431.738	
Não Circulante					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS				
Imobilizado - Próprio	7a	1.340.024	1.575.685		2024	2023			
Imob.-Contrato de Gestão	7b	2.927.386	3.049.838		ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Intangível - Próprio	7c	102.548	-		Superávlt / (Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)		
Intang.- Contrato de Gestão	7d	2.580	-		Ajustes para reconciliar o superávlt (déficit) do exercício com o caixa				
Total do Ativo não Circulante		4.372.538	4.625.523		Amortização	713.884	745.885		
Total do Ativo		73.101.128	33.788.256		Transferências	-	(1.850.000)		
PASSIVO E PATR. SOCIAL CIRCULANTE					Provisões para Contingências	266.932	-		
Fornecedores	8	2.947.903	2.715.049		Superávlt/(Déficit) do Exerc. Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo	6.845.535	(3.429.169)		
Obrigações trabalhistas	9	1.704.243	1.554.990		Contas a Receber	(5.888.076)	4.610.882		
Obrigações sociais	10	267.241	258.638		Estoques	99.041	(247.005)		
Obrigações fiscais		168.148	155.714		Outros Créditos	(48.145)	(122.890)		
Outras contas a pagar	11	92.025	80.718		Despesas Antecipadas	62	(3.397)		
Partes relacionadas	12	160.149	102.315		Depósitos Judiciais	(36.871)	(25.229)		
Contratos de gestão	3m	50.048.649	16.371.562		Aumento / (Redução) do Passivo				
Total do Passivo Circulante		55.388.358	21.238.986		Fornecedores	232.854	502.875		
Não Circulante					Obrigações Trabalhistas	149.253	(72.638)		
Receitas diferidas	14	3.014.100	3.982.251		Obrigações Sociais	8.603	(3.362)		
Provisões para contingências	13	266.932	-		Obrigações Fiscais	12.434	43.490		
Total do Pas. não Circulante		3.281.032	3.982.251		Outras Contas a Pagar	11.307	80.718		
Patrimônio Social					Receitas Diferidas	(968.151)	(297.554)		
Patrimônio social		8.567.019	10.892.073		FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	417.846	1.036.721		
Superávlt (déficit) acumulado		5.864.719	(2.325.054)		ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Total do Patrimônio Social		14.431.738	8.567.019		Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(470.031)	(196.383)		
Total do Pas. e Patrim. Social		73.101.128	33.788.256		Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	9.132	-		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					FLUXO DE CX CONS. PELA ATIV. DE INV.	(460.899)	(196.383)		
Notas	2024	2023			ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Receitas Operacionais					Partes Relacionadas	57.834	1.818.548		
Serviços prest. pacientes SUS	55.397.836	42.201.091			FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	57.834	1.818.548		
Serviços prestados conv. e particul.	-	-			AUM. (RED.) LIQ. DE CX E EQUIV. DE CAIXA	14.781	2.658.886		
(-) Glosas	-	-			No início do exercício	10.556.041	7.897.155		
Receita Líquida	55.397.836	42.201.091			No fim do exercício	10.570.822	10.556.041		
Custos					Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Per.	14.781	2.658.886		
Serviços de terceiros	(28.153.227)	(22.812.117)			DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	(10.610.849)	(10.596.025)			2024	2023			
Materiais e medicamentos	(4.785.636)	(4.739.198)			Receitas	56.247.185	42.901.165		
Superávlt / (Déficit) Líquido	11.848.124	4.053.751			Serviços prestados pacientes SUS	55.397.836	42.201.091		
Despesas					Outras receitas e despesas	849.349	700.074		
Pessoal e encargos	(2.652.712)	(2.649.006)			(-) Glosas	-	-		
Serviços de terceiros	-	-			Insumos adquiridos de terceiros	(36.900.959)	(31.625.522)		
Impostos, taxas e contribuições	(8.123)	(12.097)			Serviços de terceiros	(28.153.227)	(22.812.117)		
Depreciação/amortização	(741.851)	(745.886)			Materiais e medic., Desp. gerais e adm.	(8.747.732)	(8.813.405)		
Despesas gerais e admin.	15 (3.962.096)	(4.074.208)			Valor adicionado bruto (1-2)	19.346.226	11.275.643		
Superávlt / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro	4.483.342	(3.427.446)			Retenções	(741.851)	(745.886)		
Financeira Líquidas					Depreciação/amortização	(741.851)	(745.886)		
Despesas financeiras	(33.836)	(24.415)			Valor adic. liq. prod. pela entid. (3-4)	18.604.375	10.529.757		
Receitas financeiras	565.864	426.733			Valor adic. recebido em transferência	565.864	426.733		
Superávlt / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas	5.015.370	(3.025.128)			Receitas financeiras	565.864	426.733		
Outras Despesas e Receitas					Valor adic. total a distribuir (5+6)	19.170.239	10.956.490		
Doações e subvenções	-	-			Distribuição do valor adicionado	19.170.239	10.956.490		
Outras receitas e despesas	849.349	700.074			Pessoal e encargos	13.263.561	13.245.032		
Superávlt/(Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)			Impostos, taxas e contribuições	8.123	12.097		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTE					Despesas financeiras	33.836	24.415		
Notas	2024	2023			Superávlt / (Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)		
Superávlt/(Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)							
Outros resultados abrangentes	-	-							
Total Resultado Abrangente	5.864.719	(2.325.054)							
NOTAS EXPLICATIVAS									
1. CONTEXTO OPERACIONAL. a. Objetivos Sociais: O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. b. Contrato de Gestão: Considerando o Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2024 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde e Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidos no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), vigente até 15 de setembro de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:									
Âmbito	Legislação	Publicação			2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 05 de Março de 2025. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.				
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970			3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição				
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969			ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:				
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967			Taxa Anual de Depreciação - %				
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se em conformidade com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.					Aparelhos Med. e Cir.	10%			
					Beneficentários	10%			
					Instalações	10%			
					Eq. Pedagógicos	10%			
					Máquina e Equipamentos	10%			
					Móveis e Utensílios	10%			
					Móveis e Utensílios Hosp.	10%			
					Veículos	20%			
					Eq. Informática	20%			
					Taxa Anual de Amortização - %				
					Software	20%			
					e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. g. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apuração do Superávlt/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos				
					Continua...				

Continuação...

doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. **n. Celebração Novo Contrato** Em decorrência de processo licitatório, foi celebrado um novo contrato de gestão, cuja vigência teve início na data de sua assinatura, em 13 de setembro de 2024. Dessa forma, apresentamos abaixo a Demonstração do Resultado referente ao período de 1º de janeiro a 12 de setembro de 2024, correspondente ao Contrato de Gestão nº 002/SESPA/2017 e do período 13 de setembro a 31 de dezembro de 2024, correspondente ao Contrato de Gestão - Nº 005/SESPA/2024.

Receitas Operacionais

Jan a Set/2024

Set a Dez/2024

Serviços prestados pacientes SUS

34.739.317

20.658.519

Serviços prestados convênios e particulares

-

-

(-) Glosas

-

-

Receita Líquida

34.739.317

20.658.519

Custos

Serviços de terceiros

(18.935.849)

(9.217.378)

Pessoal e encargos

(7.391.444)

(3.219.405)

Materiais e medicamentos

(3.391.569)

(1.394.067)

Superávit / (Déficit) Líquido

5.020.455

6.827.669

Despesas

Pessoal e encargos

(1.847.861)

(804.851)

Serviços de terceiros

-

-

Impostos, taxas e contribuições

(7.160)

(963)

Depreciação/amortização

(498.597)

(243.254)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: a. Imobilizado - Próprio

Aparelhos Med. e Cir.

Eq. Inform.

Próprio Máq. e Equip.

Móveis e Utensílios

Móveis e Utensílios Hosp.

Eq. Pedagóg.

Obras em Andamento

Total

Em 31 de dez. de 2023

Saldo inicial

9.450

-

623.080

61.042

8.288

6.570

915.074

1.623.504

Aquisições

-

-

16.080

18.180

-

-

-

34.260

Transferências

-

-

-

-

-

-

-

Baixas

-

-

-

-

-

-

-

Depreciação

(1.050)

-

(72.163)

(7.228)

(850)

(788)

-

(82.079)

Saldo contábil líquido

8.400

-

566.997

71.994

7.438

5.782

915.074

1.575.685

Em 31 de dez. de 2024

Saldo inicial

8.400

-

566.997

71.994

7.438

5.782

915.074

1.575.685

Aquisições

-

41.741

93.392

54.875

-

-

-

190.008

Transferências

15.048

-

(306.801)

(48.049)

-

(5.169)

-

(344.971)

Baixas

-

-

-

-

-

-

-

Reversão deprec.

38

-

920

1.155

19

44

2.176

Depreciação

(1.324)

(1.082)

(68.600)

(10.359)

(852)

(657)

-

(82.874)

Saldo contábil líquido

22.162

40.659

285.908

69.616

6.605

-

915.074

1.340.024

b. Imobilizado - Contrato de Gestão

Aparelhos Med. e Cir.

Benfeitorias

Eq. Inform.

Instalações

Máquina e Equip.

Móv. e Utens. Hosp.

Móveis e Equip. Hosp.

Eq. Veículos Pedagóg.

Total

Em 31/12/2023

Saldo inicial

122.046

848

15.158

19.899

2.198.536

923.186

153.680

12.931

59.083

3.505.367

Aquisições

-

-

-

-

147.008

14.617

498

-

-

162.123

Transferências

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

Baixas

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

Depreciação

(19.340)

(121)

(12.358)

(3.326)

(371.709)

(163.596)

(23.446)

(12.931)

(10.825)

(617.652)

Saldo cont. líquido

102.706

727

2.800

16.573

1.973.835

774.207

130.732

-

48.258

3.049.838

Em 31 de dez. de 2024

Saldo inicial

102.706

727

2.800

16.573

1.973.835

774.207

130.732

-

48.258

3.049.838

Aquisições

15.980

-

-

-

58.638

101.060

-

-

-

175.678

Transferências

(15.048)

-

(7.115)

-

313.916

48.049

-

-

5.169

344.971

Baixas

-

-

-

-

(9.132)

-

-

-

-

(9.132)

Rev. deprec.

10.529

797

10.932

-

-

-

-

-

-

22.258

Depreciação

(21.061)

(168)

(3.817)

(4.381)

(405.202)

(181.365)

(27.345)

-

(12.888)

(656.227)

Saldo cont. líquido

93.106

1.356

2.800

12.192

1.932.055

741.951

103.387

-

40.539

2.927.386

c. Intangível - Próprio

Software

Total

Em 31 de dezembro de 2023

Saldo inicial

-

-

Aquisições

-

-

Transferências

-

-

Baixas

-

-

Amortização

-

-

Saldo contábil líquido

-

-

Em 31 de dezembro de 2024

Saldo inicial

-

-

Aquisições

-

-

Transferências

104.345

104.345

Baixas

-

-

Amortização

(1.797)

(1.797)

Saldo contábil líquido

102.548

102.548

d. Intangível - Contrato de Gestão

Direito de Uso

Software

Total

Em 31 de dezembro de 2023

Saldo inicial

9.774

36.380

46.154

Aquisições

-

-

-

Transferências

-

-

-

Baixas

-

-

-

Amortização

(9.774)

(36.380)

(46.154)

Saldo contábil líquido

-

-

-

Em 31 de dezembro de 2024

Saldo inicial

-

-

-

Aquisições

-

-

-

Despesas gerais e administrativas

Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas

Financieira Líquidas

Despesas financeiras

Receitas financeiras

Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas

Outras Despesas e Receitas

Doações e subvenções

Outras receitas e despesas

Superávit / (Déficit) do Exercício

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa em espécie

Banco conta movimento

Aplicações financeiras de liquidez imediata

Total

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER

Contrato 005/2024 - SESP

Total Circulante

Aging List

De 06 a 15 dias

Total

6. ESTOQUES

Drogas e medicamentos

Materiais de uso do paciente

Filmes e químicos

Limpeza e higienização

Dietas enterais e parenterais

Materiais de laboratório

Demais materiais

Total

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

2.602.222

(1.359.874)

64.615

4.418.727

(20.604)

(13.232)

372.551

193.313

416.562

4.598.808

-

-

429.871

419.478

846.433

5.018.286

2024

2023

1.000

1.000

2.946.795

4.225.981

7.623.027

6.329.060

10.570.822

10.556.041

2024

2023

5.888.076

-

5.888.076

-

2024

2023

5.888.076

-

5.888.076

-

2024

2023

104.338

110.376

390.366

406.192

174.936

185.074

17.786

18.542

-

-

46

45

1.070.416

1.136.700

1.757.888

1.856.929

(i) No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS

2024

2023

Passivo

SEDE ADMINISTRATIVA

160.149

102.315

Total

160.149

102.315

O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R\$ 160.149 (R\$ 102.315 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

Provável

2024

2023

Trabalhista

266.932

449.781

Total

266.932

449.781

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível

2024

2023

Trabalhista

36.023

41.239

Cível

100.000

-

Total

136.023

41.239

A Entidade manteve o montante de R\$ 101.349 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.

14. RECEITAS DIFERIDAS

O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2024, refere-se à entrada recurso para imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

2024

2023

Imobilizado - contrato de gestão

7.180.431

6.496.121

Intangível - contrato de gestão

645.293

645.293

Total investido em ativo

7.825.724

7.141.414

Depreciação/amortiz. acum.

(4.895.758)

(4.091.576)

Total imobilizado/intangível líquido

2.929.966

3.049.838

Saldo para investimento

84.134

932.413

Total

3.014.100

3.982.251

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

2024

2023

Serviços de gestão

(1.600.741)

(1.639.789)

Energia elétrica

(1.155.559)

(959.825)

Aluguel de máquinas

(309.227)

(725.796)

Manutenção e conservação

(37.500)

-

Viagens e hospedagem

(137.387)

(224.143)

Provisões para contingências

(266.932)

-

Outros

(454.750)

(524.655)

Total

(3.962.096)

(4.074.208)

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

2024

2023

Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT

2.196.542

2.118.396

INSS

2.196.542

2.118.396

COFINS

1.661.935

1.266.033

COFINS

1.661.935

1.266.033

Total

3.858.477

3.384.429

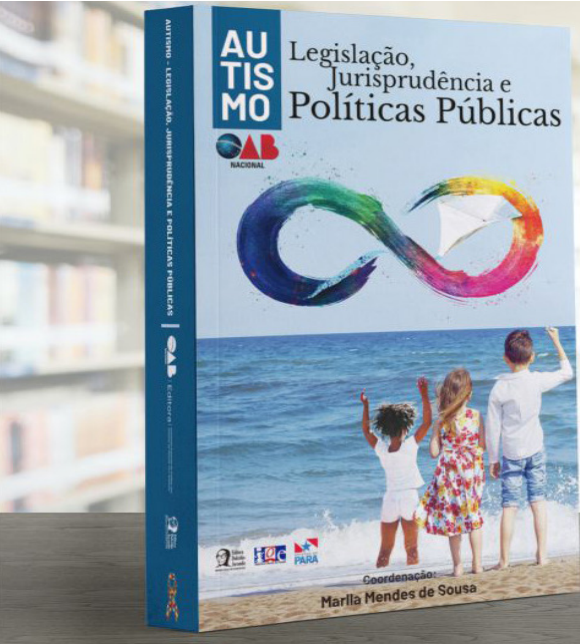
17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as caracte-

Continuação...

Continuação ...					
rísticas desses instrumentos, que são sistematicamente renego-			ciados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.		
	2024	2023			
Aplic. finan. de liquidez imed.	7.623.027	6.329.060			
Contas a receber	5.888.076	-			
Total ativos financeiros	13.511.103	6.329.060			
Fornecedores	2.947.903	2.715.049			
Total passivos financeiros	2.947.903	2.715.049			
19. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. a. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são ade-					
quadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. b. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.					
20. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 005/SESPA/2024 estava					
vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 15 de setembro de 2025. Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.					
Belém - PA, 05 de Março de 2025. Rejane Xavier Soares Gomes CPF: 892.612.831-87 - Diretora Executiva Jimmy Bryan de Castro Breves Contador - CRC PA-020736/O					
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR, Belém – PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: Imobilizado de gestão Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. Transações com partes relacionadas A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum e Sede Administrativa em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 11 de março de 2023, sem modificações. Demonstrações do valor adicionado As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 05 de março de 2025.					
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2. Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6					

Protocolo: 1176167



[Twitter](#) [Facebook](#) [Instagram](#) /ioepaoficial

[Instagram](#) [Facebook](#) /@editoradalcidiojurandir



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE